



ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS  
URFBio Sul- Supervisão

## AUTORIZAÇÃO

### AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

**Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0019853/2020-06**

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Sul, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

| TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL  | NÚMERO DO DOCUMENTO     | UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO |
|--|-------------------------|---|
| Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo - Intervenção com e sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP - Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas | 2100.01.0019853/2020-06 | NAR DE POUSO ALEGRE                         |
| <b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>  |                         |   |
| Nome: CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.  |                         | CPF/CNPJ: 06.981.180/0001-16                |
| Endereço: Avenida Barbacena nº1.200, 12º andar, Ala A1   |                         | Bairro: Santo Agostinho                     |
| Município: Belo Horizonte  | UF: MG                  | CEP: 30.190-131                             |
| <b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>  |                         |   |
| Nome: Decreto de Utilidade Pública para constituição de servidão - Numeração Especial 3, de 14/01/2020.  |                         | CPF/CNPJ:                                   |

|  |   |   |                                    |           |
|--|---|---|------------------------------------|-----------|
| Endereço:  |   | Bairro:   |                                    |           |
| Município:   | UF:   | CEP:  |                                    |           |
| <b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>  |   |   |                                    |           |
| Denominação: Linha de Distribuição Pouso Alegre 1 - Silvianópolis, 138kV   |   | Área Total (ha): 68,29  |                                    |           |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Decreto de Utilidade Pública para constituição de servidão - Numeração Especial 3, de 14/01/2020. |   | Município/UF: Pouso Alegre/MG   |                                    |           |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): N/A   |   |   |                                    |           |
| <b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA</b>   |   |   |                                    |           |
| Tipo de Intervenção  |   | Quantidade  | Un                                 |           |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo  |   | 2,51  | HA                                 |           |
| Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP   |   | 0,81  | HA                                 |           |
| Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP   |   | 1,37  | HA                                 |           |
| Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas  |   | 331   | UN                                 |           |
|  |   |   |                                    |           |
| <b>5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>   |   |   |                                    |           |
| Uso a ser dado à área  | Especificação   | Área (ha)   |                                    |           |
| infraestrutura   | Linha de Distribuição Pouso Alegre 1 - Silvianópolis, 138kV | 68,29   |                                    |           |
|  |   |   |                                    |           |
| <b>6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>   |   |   |                                    |           |
| Bioma/Transição entre Biomas   | Área (ha)   | Fisionomia/Transição  | Estágio Sucessional, quando couber | Área (ha) |
| Mata Atlântica   | 2,67  | Floresta Estacional semidecidual  | Inicial e médio                    | 3,32      |
| Mata Atlântica   | 0,11  | Área antropizada (intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa) | N/A                                | 1,37      |
| Mata Atlântica   | 30,82   | Árvores isoladas em área antropizada                                    | N/A                                | 30,82     |
|  |   |   |                                    |           |

| Total:  |               |   | Total:                  |           |
|---|---------------|---|-------------------------|-----------|
| <b>7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>   |               |   |                         |           |
| Produto/Subproduto  | Especificação | Quantidade  | Unidade                 |           |
| Lenha de floresta nativa  |               | 244,17  | m³                      |           |
| Madeira de floresta nativa  |               | 572,81  | m³                      |           |
|   |               |   |                         |           |
| <b>8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA</b>  |               |   |                         |           |
| Valdene de Alvarenga Sousa - MASP: 598681-5   |               |   |                         |           |
| Data da Vistoria: 11/09/2019  |               |   |                         |           |
| <b>9. VALIDADE</b>  |               |   |                         |           |
| Data de Emissão: 21/09/2021<br>Validade: 3 (três) anos.   |               | Observações:<br><b>ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.</b><br>Documento SEI 29959173, 29959175, 29959176, 29959180, 29959181, 29959182, 29959184. |                         |           |
| <b>10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA</b>  |               |   |                         |           |
| Tipo de intervenção   | Datum         | Fuso  | Coordenada Planta (UTM) |           |
|   |               |   | X                       | Y         |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo                                 | Sirgas 2000   | 23k   | 404.719                 | 7.543.184 |
| Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP                          | Sirgas 2000   | 23k   | 405.107                 | 7.545.154 |
| Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP                          | Sirgas 2000   | 23k   | 408.905                 | 7.555.043 |
| Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas   | Sirgas 2000   | 23k   | 412.138                 | 7.563.378 |
| <b>11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)</b>                         |               |   |                         |           |
| <b>Medidas Mitigadoras:</b><br>- Promover DSS - Diálogos Sobre Segurança diários, sobre a temática da atividade do dia; |               |   |                         |           |

- Promover a educação ambiental junto aos trabalhadores envolvidos nas atividades de supressão vegetal;
- Durante os cortes, remover epífitas e fauna de pequeno porte para fora da área em desmate;
- Abrir as áreas visando evitar a erosão dos solos, assim como promover a contenção das partículas que por ventura possam ser carregadas para cotas mais baixas do terreno e/ou interior de áreas de drenagem (cursos d'água);
- Caso haja interceptação do fluxo normal de água por alguma obra, esta deverá ser drenada, a fim deliberar este fluxo para abastecimento das bacias hidrográficas;
- Promover a queda dos indivíduos arbóreos, direcionando-os de forma que apresentem queda que danifique o menor número de espécimes;
- Promover o arraste das toras no menor comprimento possível, sempre na linha de abertura (supressão) da vegetação;
- Reabilitação ambiental das estradas de acesso exclusivas, abertas fora da área de utilização pretendida quando elas não possuírem finalidade futura.
- Sejam adotadas técnicas de afugentamento para fuga espontânea da fauna através de supressão da vegetação de forma sequencial iniciando com a limpeza/remoção de sub-bosque, com instrumentos como foice e facão, seguida de retirada com motosserra (cortes dos troncos, empilhamento, remoção da galhada) e somente depois, quando necessário, a intervenção poderá ser efetuada com uso de maquinário removendo galhadas restantes e folhagens, assim como destoca e revolvimento de terra para limpeza, sendo que animais da fauna visualizados devem ser direcionados à área de escape (área de vegetação com conectividade próxima a intervenção).

#### Medidas Compensatórias:

- intervenção em 3,32 hectares de floresta semidecidual em estágio médio de regeneração foi compensada na proporção de 2:1 em conformidade com a legislação vigente e pertinente ao caso – lei federal 11.428/06, decreto federal 6.660/08 por meio de compensação em 6,66 ha contempladas conforme proposta devidamente aprovada pelo copam/cpb, tccf nº 2101.10.05.015.2020, através de doação de área no interior do parque estadual da serra do papagaio.
- intervenção em app - compensação conforme recuperação de área degradada no interior de unidade de conservação dentro do estado na proporção de 1:1 conforme item ii do artigo 75 do decreto 47749/2019. assim foi proposta recuperação de 2,18 hectares, tendo como coordenadas geográficas de referência: x= 614.583 m; y= 8.150.241 m, x= 614.595 m; y= 8.150.238 m, x= 614.622 m; y= 8.150.248 m, x= 614.623m; y= 8.150.149 m (datum: sirgas 2000/fuso: 23 k), inserida no parque estadual lapa grande, município de montes claros/mg, conforme cronograma de execução apresentado. tal compensação se dará pela recuperação da área com o plantio de espécies nativas da região. o ptrf apresentado foi analisado e aprovado pela gerência do parque estadual da lapa grande (doc. sei 26492486).
- espécies ameaçadas de extinção, conforme Portaria MMA 443/2012 necessário cumprimento de compensação pela supressão de 29 indivíduos de *Cedrela fissilis*. Assim, condiciona-se plantio de, no mínimo, 290 mudas de espécies nativas da região, cujas áreas serão indicadas pelo instituto estadual de florestas - IEF para fomentar a recuperação de áreas de imóveis rurais que constam no programa de regularização ambiental - pra, conforme estabelecido no item 3 da cláusula quarta do termo de acordo de cooperação técnica celebrado entre a cemig d e o instituto estadual de florestas, datado de 16 de abril de 2021.
- indivíduos do gênero *Handroanthus* (espécie *Handroanthus ochraceus*) protegidos pela lei estadual 20.308/2012 compensação pecuniária prevista no § 2º, art 2º, inciso i, da citada lei.

## 12. OBSERVAÇÃO

Esta autorização abrange comunicação do corte/colheita das florestas de eucalipto apontadas no traçado da linha de distribuição.

Realizar as intervenções ambientais somente após a negociação/desapropriação/aquisição das áreas objeto de intervenção conforme termo de responsabilidade e compromisso.

**Caso o empreendimento impacte algum bem acautelado, deverá ser obtida, antes da intervenção, a necessária autorização do ente público competente.**

CONDICIONANTES:

| Item | Descrição das Condições   | Prazo*                                |
|------|---|---------------------------------------|
| 1    | Referente a compensação pela intervenção em área de preservação, apresentar declaração da gestão do parque envolvido de cumprimento da compensação e relatório após a implantação do PTRF indicando as espécies e número de mudas plantados, tratamentos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Caso o responsável técnico pela execução do PTRF for diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART”.  | Conforme cronograma executivo do PTRF |
| 2    | Dar destinação correta ao material lenhoso proveniente da supressão considerando o disposto no Decreto 47.749/19.   | Durante a vigência do DAIA            |
| 3    | A Cemig deverá no prazo de 180 dias, contados a partir da indicação das áreas de recuperação ambiental e/ou restauração ecológica, protocolar projeto técnico, junto ao processo em pauta. O projeto técnico deverá contemplar a compensação pela intervenção ambiental de indivíduos pertencentes à espécies ameaçadas (29 indivíduos de <i>Cedrela fissilis</i> ). Deverá ainda conter, no mínimo, as diretrizes apontadas em termo de referência que será disponibilizado à Cemig, inclusive no que tange ao monitoramento das áreas. Quando se tratar de áreas objetos do pra a proposta deverá contemplar a retificação do cadastro ambiental rural do imóvel ou prazo de sua conclusão, caso seja necessário. | 180 dias                              |
| 4    | Apresentar até 60 dias após finalização da exploração, relatório com registro fotográfico de cumprimento das técnicas de afugentamento para fuga espontânea da fauna através de supressão da vegetação de forma sequencial nos locais com existência de fragmentos nativos.   | 60 dias após supressão                |
| 5    | Apresentar Recibo de Inscrição e Demonstrativo do CAR de todas as propriedades ou posses rurais que sofrerão interceptação ou alteração de suas respectivas Reservas Legais propostas.  | 90 dias após a emissão do DAIA        |
| 6    | Formalizar processo único de alteração de localização de Reserva Legal para as propriedades rurais que sofrerão interceptação de suas respectivas reservas legais averbadas, ou, aprovadas e não averbadas.   | 90 dias após a emissão do DAIA        |
| 7    | Retificar o GEO do SINAFLOR projeto 23107413, inserindo apenas a área de 3,32 hectares de supressão de vegetação nativa.  | 30 dias após a emissão do DAIA        |

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

***Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.***

***Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.***



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Ramiro de Siqueira, Supervisor(a)**, em 21/09/2021, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **33379873** e o código CRC **13496164**.